

**POLÍTICA EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:**

**gerencialismo e esvaziamento da EJA**

**POLÍTICA EDUCATIVA DE LA EDUCACIÓN JUVENIL Y DE ADULTOS:**

**Gerencialismo y vaciamiento de EJA**

**EDUCATIONAL POLICY OF YOUTH AND ADULT EDUCATION:**

**Managerialism and the Emptying of EJA**

César de Lima de Melo<sup>1</sup>

<http://orcid.org/0000-0003-4119-4713>

Jair Jonko Araújo<sup>2</sup>

<http://orcid.org/0000-0002-5728-8936>

**Resumo**

A partir de um estudo da oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA), apresenta-se o presente artigo com objetivo de evidenciar aspectos do gerencialismo na educação, indicando alguns elementos que apontam para o esvaziamento da EJA. A abordagem é qualitativa e metodologia utilizada foi análise documental. Analisou-se o Gerencialismo e a influência do Estado Neoliberal na educação com suporte de alguns autores como Newman, Clarke e Ball. O desenvolvimento desse estudo apresenta elementos para reflexão sobre a relação entre a redução dos investimentos na EJA e o esvaziamento das turmas, a partir de dados sobre alimentação, acesso à internet, aumento de orçamento para o sistema de certificação e redução de locais de oferta de EJA em uma rede municipal identifica-se e se discute características do gerencialismo na política educacional da EJA, tais como seletividade, performatividade e austeridade. Conclui-se que o avanço do gerencialismo nas políticas educacionais tem implicações nefastas para a EJA, dificultando o acesso e a permanência dos estudantes alvo desta política no ambiente escolar.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação – Instituto Federal Sul-rio-grandense, Especialista em Filosofia- Moral e Política pela Universidade Federal de Pelotas, professor da rede Municipal de Pelotas RS. E-mail: [clmmelo@yahoo.com.br](mailto:clmmelo@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-graduação em Educação – Instituto Federal Sul-rio-grandense, Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas, Mestre em Ciências da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: [jair.jonko@gmail.com](mailto:jair.jonko@gmail.com)

**Como referenciar este artigo:**

MELO, César de Lima de; ARAÚJO, Jair Jonko. Política educacional na Educação de Jovens e Adultos: gerencialismo e esvaziamento da EJA. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 25, p. 1-16, 2023.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v25i1.7615>

**Palavras-chaves:** Gerencialismo. Políticas educacionais. EJA. Estudantes.

### Resumen

A partir de un estudio de la oferta de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA), este artículo se presenta con el objetivo de evidenciar aspectos del gerencialismo en la educación, indicando algunos elementos que apuntan al vaciamiento de la EJA. El enfoque es cualitativo y la metodología utilizada fue el análisis documental. El gerencialismo y la influencia del Estado neoliberal en la educación fueron analizados con el apoyo de algunos autores como Newman, Clarke y Ball. El desarrollo de este estudio presenta elementos para la reflexión sobre la relación entre la reducción de las inversiones en EJA y el vaciamiento de clases, basado en datos sobre alimentos, acceso a internet, aumento del presupuesto para el sistema de certificación y reducción de lugares de suministro de EJA en una red municipal, se identifican y discuten características del gerencialismo en la política educativa de EJA, como la selectividad, la performatividad y la austeridad. Se concluye que el avance del gerencialismo en las políticas educativas tiene implicaciones perjudiciales para EJA, dificultando el acceso y la permanencia de los estudiantes a los que se dirige esta política en el entorno escolar.

**Palabras clave:** Gerencialismo. Políticas educativas. EJA. Estudiantes.

### Abstract

From a study of the offer of Youth and Adult Education (EJA), the present article is presented with the objective of evidencing aspects of managerialism in education, indicating some elements that point to the emptying of the EJA. The approach is qualitative and the methodology used was documentary analysis. We analyzed the managerialism and the influence of the Neoliberal State in education with the support of some authors such as Newman, Clarke and Ball. The development of this study presents elements for reflection on the relationship between the reduction of investments in EJA and the emptying of classes, based on data on food, internet access, budget increase for the certification system and reduction of EJA supply sites in a municipal network, characteristics of managerialism in EJA's educational policy are identified and discussed, such as selectivity, performativity and austerity. It is concluded that the advancement of managerialism in educational policies has harmful implications for EJA, hindering the access and permanence of students targeted by this policy in the school environment.

**Keywords:** Managerialism. Educational Policy. EJA. Students.

## INTRODUÇÃO

A Constituição Federal Brasileira trata a educação como um direito constitucional fundamental e, ao longo dos anos, diferentes políticas vêm buscando consolidar a igualdade de acesso ao sistema escolar. Embora tenham ocorrido melhoras no acesso à educação nas últimas décadas, muitos autores apontam que há uma redução de educação à escolarização indicada, em especial, pela falta de compreensão do educando no contexto que está inserido e da reflexão e ação sobre o mundo, a educação é um direito de todos e

dever do Estado, visando o desenvolvimento da pessoa para sua cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho.

Do mesmo modo, a LDB no artigo 2º assume o princípio constitucional de que a educação é um dever do Estado para o preparo da cidadania e qualificação para o trabalho, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Nesta linha de pensamento, é importante trabalhar com os educandos para construção de uma visão crítica da realidade, buscando a humanização no cotidiano das pessoas e retirando o caráter prioritário de mercantilização das relações humanas.

Ao longo dos últimos anos o Brasil foi afetado por reformas em que as políticas públicas foram reduzidas sofrendo precarização em diversas áreas, com crescimento das privatizações e redução de investimentos públicos. Estas reformas apresentam perfil gerencialista com uma perspectiva Neoliberal de gestão, as quais advogam a redução do papel do Estado, entregando serviços públicos para iniciativa privada. A educação pública está inserida nesta perspectiva, num cenário de projetos com visão de eficiência e resultados, aumento de controle sobre o processo educacional e avanço nas avaliações de larga escala.

Políticas educacionais baseadas no gerencialismo apresentam critérios de eficiência, produtividade, competitividade e desempenho, priorizando resultados em detrimento dos processos. Observa-se que é uma perspectiva de caráter excludente, uma vez que o mercado, ou seja, o poder de compra, é referencial para as experiências planejadas com caráter competitivo.

Em relação à política educacional, a partir dos anos 2000 a legislação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) consolida alternativas para atender jovens e adultos que procuram acesso à educação. Tomando como referência o Parecer CNE 11/2000, a EJA tem finalidades e funções específicas, com caráter de reparação social a fim de atender pessoas que não tiveram acesso a escolarização e apresentar reconhecimento do princípio de igualdade.

Apresentamos uma pesquisa qualitativa que foi desenvolvida à partir de análise documental, compuseram o corpus legislação, resoluções e pareceres sobre a EJA, dados orçamentários, de acesso à internet e também dados de oferta local. Problematicamos implicações de políticas gerencialistas para esta modalidade de ensino em relação à

dificuldades ao acesso e a permanência dos estudantes alvo desta política no ambiente escolar. Buscamos articular evidências inferidas a partir de uma pesquisa em andamento que discute EJA no município de Pelotas/RS (um micro contexto) com dados de macropolíticas - expansão do sistema de certificação da EJA, valores destinados ao PNAE, normativas nacionais – para evidenciar um progressivo esvaziamento da EJA.

Na sequência descrevemos alguns aspectos do gerencialismo na EJA atrelado ao Estado Neoliberal e a precarização e redução da oferta da EJA evidenciado por uma Política de austeridade. Desenvolvemos uma análise da redução de locais de atendimento aos estudantes, a queda de matrículas na EJA, o fechamento de escolas, desvalorização da EJA no Programa Nacional de Alimentação Escolar, o acesso à internet e uma breve discussão sobre EAD na EJA.

## **GERENCIALISMO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A EJA foi construída no contexto de tensões e lutas populares na busca de oportunizar, o acesso aos estudos e escolarização às pessoas que não tiveram acesso de frequentar a escola na idade esperada, o retorno à educação formal, com Projetos Pedagógicos construídos para atender a especificidade dessa população escolar. Indicando um embate nesta oferta educacional Arroyo descreve: “aos trabalhadores é negado o direito a entender a riqueza de saberes com que tentam intervir e alterar sua vida cotidiana. Uma tensão vivida nas escolas e na EJA” (2017, p. 143).

Algumas características que o gerencialismo impõe à educação é a remodelagem da sala de aula para responder às necessidades do “Mercado” por meio de controles dos currículos. Conforme descreve Ball (2005, p. 548): “A prática da sala de aula cada vez mais é ‘remodelada’ para responder às novas demandas externas”.

O estudante da modalidade EJA já teve seu acesso à educação negado quando, por algum motivo, não concluiu seus estudos. Ao retornar, está na busca de resgatar sua cidadania, mas é preciso considerar que este traz consigo um saber social já vivenciado. Portanto, o currículo oferecido precisa ter especificidades para esta etapa, é preciso abrir espaço para o saber social: “Abrir os currículos para que incorporem os saberes de intervenção na vida cotidiana dos educandos” (ARROYO, 2017, p. 151).

Analisando os aspectos do gerencialismo e o avanço da perspectiva do Estado Neoliberal a qual desenvolve uma austeridade financeira em relação aos gastos sociais, reduzindo, por exemplo, investimentos na educação, e, por consequência, o aumento da exclusão do estudante da EJA, torna-se importante abordar e debater este tema para apresentar o contraditório a esta lógica na busca de inclusão através da educação, que segundo Mészáros é “A única força capaz de contribuir positivamente para o novo processo de transformação [...], cumprindo com isso seu papel de órgão social [...]” (2015, p. 102)

Podemos identificar que o Brasil vivenciou uma nova fase após a Emenda Constitucional 95/2016, que limitou gastos públicos por 20 anos, consolidando uma política econômica de austeridade a qual têm como consequência a redução das oportunidades as camadas mais frágeis da população. O que direcionou ainda mais a experimentação de diversos modelos que se apresentam e na fronteira entre o público e privado, focando na produtividade e nos resultados, o que possui como foco preparar para um mercado educacional e ofertas de produtos e serviços.

O modelo gerencialista parece ser hegemônico nas políticas educacionais, com seus índices de eficiência e produtividade, provas de avaliação em todos os níveis, *rankings* de escolas, e tantos outros indicadores para orientar o financiamento das políticas de educação ou melhor, das políticas gerenciais de educação. O que cada vez mais temos experimentado são modelos e mais modelos de gestão, e o que não vemos melhorar é a educação (HYPOLITO, 2008, p. 77).

Em relação ao gerencialismo Newman e Clarke descrevem: “Cunhamos a expressão estado gerencial em uma tentativa de dar um nome aos processos de transformação cultural e política que estavam ocorrendo na Grã-Bretanha na década de 1980 e 1990 sob o comando de Margareth Thatcher [...]” (2012, p. 354). Muito embora este modelo apresentado no texto em referência descreva o período entre a década de 1980 a 1990, entendemos que este conceito contribui para a discussão das políticas educacionais para EJA na atualidade.

Os aspectos das demandas fundamentais observadas na modalidade EJA são descartadas por gestões Neoliberais que defendem as influências do gerencialismo na educação, com austeridade, empreendedorismo, seletividade, performatividade em busca

de resultados, em que os estudantes são encarados como parte de um mercado. Assim, a organização do conhecimento é calculista, conforme descrevem Newman e Clarke que “[...] o gerencialismo é uma estrutura *calculista* que organiza o conhecimento sobre metas organizacionais e os meios para alcançá-las” (2012, p. 359).

No campo educacional, por exemplo, uma escola será “boa” considerando como um dos critérios a competitividade. Em muitos casos o orçamento será direcionado conforme o desempenho e o resultado nas avaliações externas. Para atender esses critérios, as escolas tendem a adotar uma lógica de seletividade, mantendo os alunos mais capacitados e “se defendendo de alunos difíceis”, por exemplo, alunos com necessidades especiais. Em relação à seletividade Newman e Clarke descrevem que “A seletividade é uma lógica organizacional que procura manter os alunos mais capazes para que consigam ter um bom desempenho nas tabelas classificatórias de sucesso em exames e, assim, atrair pais clientes de boa qualidade” (2012, p. 366)

A dispersão é outra característica do gerencialismo que conforme Newman e Clarke descrevem: “A dispersão de poder do estado exigia novos tipos de agentes que podiam atuar autonomamente no interesse das organizações [...]” (2012, p. 363). Assim, o poder do Estado é transferido para um quadro de agentes gerenciais que oferecerão serviços públicos em nome do Estado. A terceirização, as parcerias público-privadas e os consórcios, por exemplo, são elementos que constituem mecanismos para a dispersão do poder do Estado.

Conforme Newman e Clarke “É este complexo processo de liberação que nos levou a caracterizar o gerencialismo como a base para dispersão de poder do estado. Esta dispersão é fundamental para o aparecimento de uma nova forma de estado à qual denominamos de estado gerencial” (2012, p. 363).

Uma gerencialização é estimulada no processo de reformas onde o empreendedorismo e dinamismo são constituídos como naturais e os profissionais estimulados a gerir na busca de eficiência organizacional. Ondas de reestruturações são desenvolvidas nas organizações, a qualidade e a busca constante de excelências, com foco em indicadores de mercado, sempre centrados no cliente, ecoando como discurso moderno. Conforme Newman e Clarke trata-se de “[...] isomorfismo discursivo: uma linguagem que todos precisavam falar para soar *modernos*” (2012, p. 361).

Outra visão do gerencialismo na administração pública é fundamentada em uma concepção Neoliberal retirando responsabilidades do Estado de Bem-Estar, Ball descreve “[...] a mudança, que diz respeito aos cidadãos, de uma posição de dependência com relação ao Estado do Bem-estar para um papel de consumidor ativo” (2004, p. 1107). Como consequência desse processo, por exemplo, a comunidade escolar passa a ser responsável por atividades que anteriormente eram funções do Estado.

Ainda em relação ao Neoliberalismo o autor escreve “Neoliberalismo é sobre dinheiro e mentes, e como eu seguirei argumentando, é um nexos de interesse comum entre as várias formas de capital e de Estado contemporâneos” (BALL, 2014, p. 26)

Metas também são elaboradas para um cumprimento de uma gestão de desempenho, produtividade e resultados. Sobre o interesse do capital, o qual o modelo gerencial defende, Ball afirma “Cada vez mais, o mundo dos negócios enfoca os serviços de educação como uma área em expansão, na qual lucros consideráveis devem ser obtidos” (2004, p. 1111).

As características da política educacional gerencial torna o acesso à escolarização distante pois a falta de condições familiares, sociais e a necessidade de inserção no mundo de trabalho, histórico de preconceitos, entre outros, levam os estudantes a abandonar precocemente a vida escolar, contrariando suas expectativas de alcançar um trabalho melhor e conseqüentemente, melhores condições de vida evidenciando uma política educacional seletiva e não de acesso universal.

O que precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é *todo* o sistema de *internalização*, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas. Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa *concreta* abrangente (MÉSZÁROS, 2015, p. 47).

Oportunidade para estes estudantes é retornar a educação formal por meio da EJA, na perspectiva de educação de qualidade para todos com a universalização de acesso.

## PRECARIZAÇÃO E REDUÇÃO DA OFERTA DA EJA

Em maio de 2000, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer 11/2000, que trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos. No conceito e funções da EJA, é mencionado que a EJA representa uma dívida social não reparada e é uma força de trabalho empregada na constituição das riquezas:

Nesta ordem de raciocínio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para como os que não tiveram acesso a em domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea (CNE, 2000, p. 5).

O parecer descreve e reconhece a perda de oportunidade e a privação de acesso à educação dada pela existência de uma dívida social não reparada com a EJA. O parecer reconhece a necessidade de modelo próprio pedagógico na busca de satisfazer as necessidades de aprendizagens dos jovens e adultos. Assim é descrito: “É por isso que a EJA necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos” (CNE, 2000, p. 9).

Em agosto de 2002, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 2.270, instituindo Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) com objetivos de 1) construir uma auto avaliação para jovens e adultos por meio de avaliação das competências e habilidades; 2) estruturar avaliações direcionadas a jovens e adultos para que as secretarias da Educação efetuem a aferição e o reconhecimento dos participantes para conclusão do Ensino Fundamental e Ensino Médio nos termos da LDB 9494/96; e 3) construir indicadores para políticas públicas da EJA.

Entretanto, em 2018<sup>3</sup> são destinados ao exame recursos bastante superiores aos definidos para a EJA escolar, foram R\$ 117,6 milhões para o ENCCEJA e R\$ 24,6 milhões para a EJA escolar, ou seja, o recurso para o ENCCEJA foi mais do que quatro vezes maior do que o destinado à EJA escolar.

<sup>3</sup> Fonte dos Dados – E-book - EM BUSCA DE SAÍDAS PARA A CRISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA.



A redução de oferta de vagas para o acesso a EJA é uma política adotada no Rio Grande do Sul ocasionando o fechamento de turmas em escolas de acordo com Sant'Anna, Stramare e Narvaz (2020, p. 2), “[...] a EJA tem sido relegada a políticas restritivas no Rio Grande do Sul, o que fez reduzir sua oferta, [...] por conta dessa política que vem ocasionando o fechamento de turmas em algumas escolas”.

A queda de matrículas na EJA é crescente a cada ano, assim como os recursos investidos nesta modalidade conforme CPERS:

De acordo com o Censo Escolar, em 2018 eram 3,5 milhões de matrículas, passou para 2,9 milhões no ano seguinte. Só durante a pandemia, segundo a Comissão Externa de Acompanhamento dos Trabalhos do Ministério da Educação (MEC), **os recursos destinados ao EJA caíram 70% em 2020 e 67% em 2021**. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são mais de 72 milhões de pessoas entre 18 e 85 anos que não terminaram o ensino médio e nem o fundamental e que poderiam se beneficiar do programa (CPERS, 2023).

A priorização dos exames, em detrimento a substituição de uma formação básica dos estudantes com acompanhamento por professores qualificados que cumprem um papel fundamental para acolher e resgatar a autoestima de jovens e adultos é uma característica da política gerencial, que prioriza o resultado dentro de uma gestão de desempenho e produtividade, não valorizando o processo de construção de aprendizagem e de relações interpessoais.

Uma outra questão importante é a função nas escolas na rede de proteção alimentar. Existe desde 1955 o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) executado e gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) foi sendo aprimorado ao longo dos anos com as premissas de contribuir com o desenvolvimento, o aprendizado e rendimento escolar, ajudando os hábitos alimentares saudáveis através da alimentação escolar, uma vez que conforme a lei 11.947 de 16/06/2009 30% do valor repassado pelo PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar.

Este programa atende, todas as modalidades da educação básica, conforme pode ser observado no Quadro abaixo: Valores per capita do PNAE entre 2009 e 2023, que indica valores per capita do PNAE da educação básica.

Quadro: Valores per capita do PNAE entre 2009 e 2023

CATEGORIA E VALOR PER CAPITA	2009	2010	2013	2017	2023
Creche	R\$ 0,22	R\$ 0,60	R\$ 1,00	R\$ 1,07	R\$ 1,37
Pré-escola	R\$ 0,22	R\$ 0,30	R\$ 0,50	R\$ 0,53	R\$ 0,72
Escolas indígenas e quilombolas	R\$ 0,44	R\$ 0,60	R\$ 0,60	R\$ 0,64	R\$ 0,86
Ensino Fundamental	R\$ 0,22	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,36	R\$ 0,50
Ensino Médio	R\$ 0,22	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,36	R\$ 0,50
Ensino de Jovens e Adultos (EJA)	R\$ 0,22	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,32	R\$ 0,41
Programa Mais Educação/Novo Mais Educação	R\$ 0,66	R\$ 0,90	R\$ 0,90	R\$ 1,07	R\$ 1,37
AEE no contraturno	-	-	R\$ 0,50	R\$ 0,53	R\$ 0,68
Tempo Integral	-	-	R\$ 1,00	R\$ 1,07	R\$ 1,37
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	-	-	-	R\$ 2,00	R\$ 2,56

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ Ministério da Educação 2023.

No quadro acima apresentado, analisamos o quanto é investido na EJA através deste programa: observa-se que no ano de 2017 é o menor valor *per capita*, ou seja é destinado para a alimentação dos jovens e adultos o menor valor por aluno entre todas as categorias. Pode-se notar que até 2016 não existia disparidade de valores comparando o ensino fundamental e o ensino médio e a EJA.

Por que a EJA tem o menor valor *per capita*? É possível inferir que uma limitação orçamentaria tenha recaído sobre os valores do PNAE da EJA e também que essa redução induza as escolas a aderirem a modalidade EAD, conforme se discutirá adiante. Assim, pode-se indicar que o gerencialismo em ação sustenta a austeridade financeira em relação aos investimentos sociais, reduzindo investimentos na educação.

No período de Pandemia Covid-19 foram observados ainda mais o aprofundamento trazido pelas políticas Neoliberais, que atingiram com maior intensidade os estudantes mais vulneráveis economicamente.

Conforme Boaventura Santos (2020, p. 28), “As pandemias mostram de maneira cruel como o capitalismo neoliberal incapacitou o Estado para responder às emergências”. A realidade que a pandemia trouxe desnudou aspectos na educação protelados por governos que transferem o Estado para a iniciativa privada em prol de uma política neoliberal com uma política educacional gerencial.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 01/2021 de 25 de maio de 2021 institui diretrizes operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos aos seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos EAD. No parágrafo único do artigo 4º explicita que para os cursos de EJA ensino médio a oferta de EAD é limitada no máximo a 80% (oitenta por cento), ou seja, apenas 20% da carga horária necessita ser realizada de maneira presencial.

Articulado com a redução de recursos para financiamento da EJA e da alimentação escolar desse público estudantil, pode-se prever que os gestores dos sistemas escolares, usarão como estratégia, “empurrar” esta população para a modalidade à distância, a qual apresenta menor custo.

Todavia, no parecer CNE 11/2020, homologado em 07.07.2020, foram apresentadas diversas pesquisas sobre ensino fundamental, médio e superior, com estatísticas de acessos e perfis das famílias estudantes. Nelas, identifica-se que os maiores desafios são a desigualdade no acesso à internet pelos estudantes. Numa pesquisa<sup>4</sup> realizada em junho de 2020, a Secretaria Municipal de Educação no município de Pelotas identificou que do total de 2046 estudantes da EJA na zona urbana, 998 estudantes (48,78%) tiveram acesso à internet e 1048 (51,22%) não tiveram acesso e ficaram sem as atividades escolares. Na zona rural, 83 estudantes (71,5%) não tiveram acesso.

Essas adversidades de conexão à internet enfrentadas no período da Pandemia, indicam que o público da EJA tem dificuldade de acesso a recursos computacionais. Por outro lado, a própria Resolução apresenta os dados porem não faz qualquer referência, na perspectiva de indução, de políticas de democratização tecnológica.

---

<sup>4</sup> Relatório interno disponibilizado pelo Conselho Municipal de Educação de Pelotas.

Assim, em tempos de pandemia, quando a única medida sanitária segura foi o distanciamento social, uma possibilidade pedagógica importante para manter o vínculo com os estudantes foi por meio do acesso à internet. Todavia, a realidade demonstrada é que muitos não possuíam acesso, sendo excluídos das alternativas apresentadas.

Partindo para uma análise mais localizada passamos a discutir oferta de EJA em uma rede Municipal do Rio Grande do Sul, no município de Pelotas.

Até 2019 a EJA era ofertada nas escolas municipais localizada nos diferentes bairros da cidade, totalizando 27 escolas. Naquele ano esta oferta foi reorganizada e foram implantados cinco núcleos: Núcleo Fragata articulando 04 escolas, Núcleo Areal 03 escolas, Núcleo Três Vendas 03 escolas, Núcleo Centro/Porto 03 escolas, Núcleo Bom Jesus 02 escolas. Os núcleos abarcaram 15 escolas e estas passaram a serem atendidas por 05 locais (chamados núcleos), observa-se que fecharam 10 escolas no atendimento a EJA com a justificativa de racionalizar recursos humanos e financeiros e otimizar as práticas pedagógicas, ao centralizar as salas de aulas sob a justificativa do número reduzido de estudantes frequentando as aulas (SMED, 2018). Considerando as dificuldades dessa população estudantil, é de esperar que o afastamento em relação aos seus locais de residência aumente a evasão dos estudantes da EJA. A oferta através dos núcleos torna o acesso mais difícil o que ficou evidenciado nos dados apresentados acima, que indicaram a distância da escola como uma das principais dificuldades para que o aluno EJA consiga frequentar a escola.

Os indicativos da redução de investimento, evidencia reestruturações com viés da eficiência na gestão de “recursos”, sem levar em consideração as especificidades sociais da população estudantil alvo da EJA, são indicativos que o avanço das políticas educacionais de perspectiva gerencialistas não dá conta de criar alternativas a partir da realidade dos educandos desta população trabalhadora de baixa renda atingida por uma formação de baixa escolaridade, com pendência para sua conclusão.

O olhar específico para cada estudante, a partir de suas histórias de vida, o acolhimento e a facilidade de acesso, por exemplo, não são características dos modelos gerenciais de gestão da educação que seguem políticas neoliberais que pregam a redução do papel social do estado, sob argumento da redução de gastos, não considerando educação como investimento.

Notadamente ao descrever que a justificativa foi de racionalizar, apresenta-se características do gerencialismo na educação onde a austeridade do Estado prevalece sobre as necessidades da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma política educacional preocupada com os “gastos” em educação é uma política alinhada com a lógica defendida pelo Neoliberalismo e o gerencialismo as quais não asseguram investimentos que proporcionem a todos os estudantes expressar seus anseios e reafirmarem-se como sujeitos da educação. Portanto, é preciso avançar na garantia de condições de acesso à educação: assegurar os espaços das escolas para EJA é fundamental, mas também é muito importante assegurar tempos e espaços para que os professores possam compreender o que os alunos esperam da escola, a fim de garantir um processo educacional de sucesso.

A partir dos dados discutidos na seção anterior, apontamos que a modalidade EJA, a qual desempenha um papel social importante para as camadas sociais mais vulneráveis, está num progressivo esvaziamento, não apenas pela redução do acesso - processos de fechamento de escolas e turmas, diminuição de matrículas. Procuramos demonstrar que esta precarização aparenta ser maior que nas demais modalidades.

Buscamos articular evidências inferidas a partir de uma pesquisa em andamento que discute EJA no município de Pelotas/RS (um micro contexto) com dados de macropolíticas - expansão do sistema de certificação da EJA, valores destinados ao PNAE, normativas nacionais – para evidenciar um progressivo esvaziamento da EJA.

Associamos esse esvaziamento à incapacidade de políticas educacionais propostas com perspectivas gerencialistas darem conta de atenderem essa população educacional que necessita olhares diferenciados em relação a recursos materiais e humanos para retomarem seu processos educativos com sucesso, o que é contraditório quando a gestão educacional tem por base os princípios de dispersão quando priorizam as terceirizações, as parcerias público-privadas, os consórcios, austeridade quando limita os investimentos na educação, seletividade quando prioriza o desempenho com exames classificatórios, avaliações de larga escala, todas características de gestões educacionais gerencialistas.

Enfim podemos identificar com a análise apresentada evidências nefastas que as políticas educacionais gerencialistas impõem a educação pública, e que na modalidade EJA são ainda mais cruéis, o que requer a necessidade incluir nas pautas uma paridade nas lutas em defesa da educação como direito.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BALL, Stephen. Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem-Estar. **Educ. Soc.** [online]. 2004, vol.25, n.89, pp.1105-1126. ISSN 0101-7330.

BALL, Stephen. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**. 2005, vol.35, n.126, p. 539-564.

BALL, Stephen. **Redes, neoliberalismo e mobilidade de Políticas**. In: BALL, Stephen J. Educação Global S. A: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014. 270p. (p. 22-44).

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 11 de 2000**. Aprovado 10/05/2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 11 de 2020**. Aprovado 07/07/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Portaria nº2270 de 2002**. Aprovado 11/08/2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução 01/2021**. Aprovado 25/05/2021.

CPERS. **Sob Bolsonaro, EJA foi desvalorizada e teve perda de mais 500 mil alunos**. Disponível em <<https://cpers.com.br/sob-bolsonaro-eja-foi-desvalorizada-e-teve-perda-de-mais-500-mil-alunos/>> Acesso em: 25 março 2023.

HYPOLITO, Álvaro. Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 63-78, jan./abr. 2008.

MÉSZÁROS István. **A Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2015.

NEWMAN, Janet; Clarke, John. Gerencialismo. **Educ. Real.**, Ago 2012, vol.37, no.2, p. 353-381. ISSN 2175-6236.

SANT'ANNA, S. M.; STRAMARE, O. A.; NARVAZ, M. G. Como as estudantes de pedagogia percebem as práticas de estágio na educação de jovens e adultos? **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 22, p. 1-17, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22196/rp.v22io.4574>. Acesso em: 19 abril 2023.

SANTOS, Boaventura S. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SMED. **Educação cria núcleos nos bairros para atender alunos da EJA**. 2018 Disponível em <<http://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/educacao-cria-nucleos-nos-bairros-para-atender-alunos-da-eja>> Acesso em: 15 set 2020.

Enviado em: 26-10-2022

Aceito em: 15-05-2023

Publicado em: 26-06-2023